

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE
ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA – UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE
DE ATENDIMENTO 05 DE JUINA-MT**

Autora: Camila Rodrigues Correia

Orientador: Me. Wilson Antunes de Amorim

JUÍNA/2016

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

**ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA ATRAVÉS DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE
ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA – UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE
DE ATENDIMENTO 05 DE JUINA-MT**

Autora: Camila Rodrigues Correia

Orientador: Me. Wilson Antunes de Amorim

Trabalho Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da AJES-Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

JUÍNA/2016

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Esp. Jaqueline da Silva Marques
Componente da banca

Prof. Me. Ricardo Zamperetti
Componente da banca

ORIENTADOR
Prof. Me. Wilson Antunes de Amorim

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus, que em todo o período de curso me sustentou e me ensinou o valor do esforço, dedicação e principalmente perseverança, pois a cada dificuldade enfrentada aprendi que poderia ser mais forte do que imaginava que ser.

Agradeço aos professores da AJES - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do vale do Juruena, que dedicaram em me instruir da melhor forma possível durante o curso, em especial ao professor Me. Wilson Antunes de Amorim por ser meu orientador e principalmente meu psicólogo, pois me ouviu com muito carinho em meus momentos de desespero, te guardarei no coração com toda gratidão.

Aos colaboradores da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Unidade de Atendimento 05 de Juína-MT, que colaboraram com o resultado deste trabalho me subsidiando com informações e dedicando tempo para que o mesmo fosse concretizado, em especial Ângela Maria Dalberto e Oziel Meireles da Silva e minha amiga Karina de Castro Ferrari que muito colaborou para que eu pudesse atingir meu objetivo.

E por fim agradeço a meu esposo Jesse Willian Fortunato da Silva, que da sua forma, me motivou para que eu nunca fraquejasse diante meus desafios, me ensinando a ser a mulher forte que me tornei nesses 4 aos em que estivemos juntos.

RESUMO

A representatividade das sociedades cooperativas vem crescendo no Brasil, entre os tipos de sociedade existentes a sociedade de crédito detém grandes recursos econômicos e abrangência nacional. Uma ferramenta para gerir esses recursos financeiros são as análises das demonstrações contábeis, e este estudo tem como objetivo efetuar análise das demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Unidade de Atendimento 05 de Juína-MT, e através desta análise identificar a real situação financeira, econômica e patrimonial da cooperativa, e desta forma obter informações para que os gestores possam basear suas tomada de decisão, além de expor para os acadêmicos, associados e sociedade em geral, qual a situação financeira que a cooperativa se encontra. Para o alcance desse objetivo foram utilizados meios teóricos abordando a tipologia das análises das demonstrações contábeis, por meio dos índices de liquidez, endividamento, rentabilidade, análise horizontal e vertical. Com base nas informações obtidas é possível afirmar que a cooperativa apresenta boa situação financeira, devendo se atentar a captação de recursos e recuperação das operações de crédito que decairão no período de análise.

Palavras-chave: Cooperativismo, Análise Financeira, Análise Patrimonial.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05, ANOS DE 2014 E 2015	41
Quadro 2 - DRE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05 ANOS DE 2014 E 2015	42
Quadro 3 - ANÁLISE HORIZONTAL BALANÇO PATRIMONIAL.....	43
Quadro 4 - ANÁLISE VERTICAL BALANÇO PATRIMONIAL	45
Quadro 5 - ANÁLISE HORIZONTAL DA DRE.....	46
Quadro 6 - ANÁLISE VERTICAL DA DRE	48
Quadro 7 - INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.....	49
Quadro 8 - INDICE DE LIQUIDEZ SECA	49
Quadro 9 - INDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA.....	49
Quadro 10 - INDICE DE LIQUIDEZ GERAL.....	50
Quadro 11 - INDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	50
Quadro 12 - INDICES DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	51
Quadro 13 - INDICES DE IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	51
Quadro 14 - INDICES DE IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES .	51
Quadro 15 - GIRO DO ATIVO	52
Quadro 16 - MARGEM LÍQUIDA.....	52
Quadro 17 - RENTABILIDADE OU RETORNO DO ATIVO.....	53
Quadro 18 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	- Ativo Circulante
BP	- Balanço Patrimonial
CE	- Composição do Endividamento
DRE	- Demonstrativo do Resultado do Exercício
ELP	- Exigível à longo Prazo
GA	- Giro do Ativo
GE	- Grau de Endividamento
ILC	- Índice de Liquidez Corrente
ILG	- Índice de Liquidez Geral
ILI	- Índice de Liquidez Imediata
ILS	- Índice de Liquidez Seca
IPL	- Imobilização do Patrimônio Líquido
ML	- Marge Líquida
PC	- Passivo Circulante
PCL	- Participação de Capital de Terceiros
PL	- Patrimônio Líquido
RLP	- Realizável à Longo Prazo
ROA	- Rentabilidade do Ativo
RPL	- Rentabilidade do Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 OBJETIVO GERAL	11
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 COOPERATIVISMO: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO	14
2.2 A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA A SOCIEDADE	15
2.3 TIPOLOGIA DA COOPERATIVA	15
2.3.1 COOPERATIVA AGROPECUÁRIA	16
2.3.2 COOPERATIVAS DE CONSUMO	16
2.3.3 COOPERATIVAS DE TRABALHO	16
2.3.4 COOPERATIVAS EDUCACIONAIS	17
2.3.5 COOPERATIVAS ESPECIAIS (COOPERATIVAS SOCIAIS)	18
2.3.6 COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO	18
2.3.7 COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA	19
2.3.8 COOPERATIVAS DE MINERAÇÃO	19
2.3.9 COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO	20
2.3.10 COOPERATIVAS DE SAÚDE	20
2.3.11 COOPERATIVAS DE TRANSPORTES	20
2.3.12 COOPERATIVAS DE TURISMO E LAZER	21
2.3.13 COOPERATIVA DE CRÉDITO	21
2.4 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O COOPERATIVISMO	22
2.4.1 TIPOLOGIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS TOMADAS DE DECISÃO	23
2.4.2 ANÁLISE FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
2.4.2.1 ANÁLISE VERTICAL	24
2.4.2.2 ANÁLISE HORIZONTAL	25
2.4.2.3 ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS	26
2.4.2.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ	26

2.4.2.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.....	27
2.4.2.6 ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA.....	27
2.4.2.7 ÍNDICE DE LIQUIDES GERAL.....	28
2.4.2.8 ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	28
2.4.2.9 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	29
2.4.2.10 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS.....	30
2.4.2.1.1 COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO.....	31
2.4.2.1.2 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
2.4.2.1.3 IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES	32
2.4.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	32
2.4.3.1 GIRO DO ATIVO	33
2.4.3.2 MARGEM LÍQUIDA	33
2.4.3.3 RENTABILIDADE DO ATIVO.....	34
2.4.3.4 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO	34
3 METODOLOGIA	35
3.1 QUANTO AOS FINS.....	35
3.1.1 DESCRITIVA.....	35
3.2 QUANTO AOS MEIOS.....	36
3.2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	36
3.2.2 ESTUDO DE CASO	36
3.3. QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	37
3.3.1 PESQUISA QUALITATIVA.....	37
3.3.2 PESQUISA QUANTITATIVA	37
3.4 SELEÇÃO DA EMPRESA	38
3.5 COLETA DOS DADOS.....	38
4 ESTUDO DE CASO	39
4.1 HISTÓRIA DO SICREDI EM JUÍNA	39
4.1.2 BALANÇO PATRIMONIAL.....	41
4.1.3 DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	42
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	43
4.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05.....	43
4.2.2 ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05.....	45

4.2.3 ANÁLISE HORIZONTAL DA DRE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05.....	46
4.2.4 ANÁLISE VERTICAL DA DRE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05.....	48
4.2.5 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05	49
4.2.6 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05.....	50
4.2.7 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05.....	52
5. PARECER DA ANÁLISE FINANCEIRA - ECONÔMICA DA EMPRESA.....	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERENCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Durante a história o cooperativismo já fazia parte das sociedades, porém foi na segunda fase do século XVIII, conforme registra Reis (2006), com o advento da revolução industrial que o surgimento e desenvolvimento das sociedades cooperativas teve um aumento considerável.

O Cooperativismo é um modelo de organização que objetiva o desenvolvimento econômico e social de um grupo de indivíduos que se unem para alcançar um propósito em comum de forma voluntária. O cooperativismo contribui para que esses indivíduos unidos consigam suprir suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e administrada por seus membros de forma democrática. (KLAES, 2007).

Para uma cooperativa consolidar-se no mercado precisa de uma gestão administrativa adequada, para Cardoso (2014) a administração das cooperativas está baseada na autogestão, em que os integrantes se organizam no processo de trabalho para alcançar os resultados desejados.

Uma ferramenta de gestão para a administração de uma cooperativa são as análises das demonstrações contábeis, de acordo com Assaf Neto (2007) as análises de balanços relatam como base as informações contábeis a situação financeira da entidade no passado, a posição atual e possibilita subsidiar a projeção futura que a cooperativa poderá apresentar. Apresentando tendências que basearam tomadas de decisões por parte da gestão.

A fim de demonstrar como análise das demonstrações Contábeis é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento de uma sociedade cooperativa, este trabalho será desenvolvido em uma sociedade cooperativa de crédito, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena –Unidade de Atendimento 05 de Juína-MT.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho tem como problema de pesquisa descobrir qual a situação econômica, financeira e contábil da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE

ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA - UNIDADE DE ATENDIMENTO 05 DE JUINA-MT nos anos de 2014 e 2015?

1.2 OBJETIVOS

Para Prodanov (2013, p. 38) o objetivo é a visão global do qual se trata o tema relacionando claramente com o conteúdo estudado, vinculando-se diretamente à própria tese proposta pelo projeto.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar estudo sobre a situação econômica e financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO JURUENA – UNIDADE DE ATENDIMENTO 05 DE JUINA-MT nos anos de 2014 e 2015.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discorrer sobre a história do surgimento do cooperativismo e os ramos de cooperativas existentes.
- Conhecer quais são os tipos e formas de análise e a sua importância;
- Elaborar um estudo de caso, na Unidade de Atendimento 05, através de análises financeiras das demonstrações contábeis, bem como identificar sua condição financeira, econômica e patrimonial no período de 2014/2015.

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante de um cenário econômico que muda rapidamente, a incerteza não pode ter espaço quando o assunto é finanças, por isso é necessário o máximo de informações possíveis para que possa haver segurança e confiabilidade em uma instituição financeira, e em relação a cooperativa de crédito essa necessidade de informação se acentua, pois o associado investe recursos na cooperativa e receberá rendimentos futuros, sendo necessário saber a situação econômico-financeira da cooperativa e se seus investimento estão recebendo o retorno esperado.

Desta forma, é oportuno fazer análises das demonstrações contábeis da cooperativa alvo da pesquisa, pois através delas pode se obter informações afim de se conhecer a real situação econômico-financeira e patrimonial que ela apresenta.

O presente trabalho demonstrará de modo geral, a importância da análise das demonstrações financeiras, patrimoniais e econômicas, de modo que seja fonte de informação e conhecimento para os usuários da contabilidade, os acadêmicos, as empresas, para a cooperativa e seus associados, que poderão analisar seu desempenho.

A escolha da Cooperativa de Crédito alvo da pesquisa se deu devido a afinidade com o setor e o fato da autora trabalhar na instituição.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa delimitasse aos resultados obtidos por meio de análises econômico-financeiras e patrimoniais com base nos demonstrativos contábeis, (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena –Unidade de Atendimento 05 de Juína-MT.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente pesquisa apresenta conceitos sobre cooperativa e análise das demonstrações contábeis e estão divididas em capítulos.

O primeiro capítulo apresenta o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, delimitação e justificativa da pesquisa.

O segundo capítulo trata-se da fundamentação teórica, com a contextualização histórica do cooperativismo, suas áreas de atuação e tipologia das análises das demonstrações financeiras, análise horizontal e análise vertical, índices de liquidez, índices de endividamento, índices de rentabilidade da necessidade de capital de giro e análise de tesouraria.

No capítulo terceiro abordará a metodologia empregada na elaboração do trabalho.

O capítulo quarto abordará o estudo de caso.

Já o capítulo cinco relatará os resultados da pesquisa.

E o capítulo sexto as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 COOPERATIVISMO: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

O cooperativismo sempre esteve presente na sociedade humana e desde os primórdios. Como registra Klaes (2005, p. 25), o homem ao descobrir a precariedade das suas ações isoladas e para superar as dificuldades que enfrentava para sobreviver, procurou a cooperação de um semelhante e com métodos diversos alcançar um benefício comum.

Este instinto de cooperação faz parte do homem, porém o modelo cooperativo que conhecemos atualmente, organizado, pode somente ser registrado em 1844 na cidade de Rochdale na Inglaterra quando, conforme registra com Pinheiro (2008, p. 21), 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo. Já a cooperativa de crédito surgiu posteriormente na história, Pinheiro (2008) registra seu primeiro sinal de organização:

[...] em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. A primeira cooperativa, fundada por ele em 1864, chamava-se “HeddesdorferDarlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf). (PINHEIRO 2008, p. 21).

Ainda registra Pinheiro (2008, p. 22) que a primeira cooperativa brasileira a se auto denominar “cooperativa” foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889, na então capital da província de Minas, Ouro Preto que possuía um sistema de captação de crédito em forma de “caixa de auxílios e socorros”, com o objetivo de prestar auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e a sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”.

Já a primeira cooperativa de crédito surgiu no Brasil no município de Nova Petrópolis RS conforme registra Etgeto et al (2005, p. 13), “foi criado pelo padre jesuíta Theodor Amstadt, em 28 de dezembro de 1902, baseada no modelo agrícola alemão”.

Um avanço aos modelos atuais de cooperativa que temos foi em 1912 quando de acordo com Pinheiro (2008, p. 25) foi instaurada a primeira central mista com seção de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda. Que unia cooperativas agrícolas filiadas a uma central.

Com advento da Reforma Bancária proveniente da Lei nº 4.595/64 juntamente com as normas da Política Financeira do Governo Federal, o Cooperativismo de crédito sofreu bruscas mudanças e começou a decair conforme registra Klæz (2005, p.111), somente Cooperativas de Crédito Mútuo foram autorizadas a funcionar pelo Banco Central

Atualmente a Lei que define e rege o cooperativismo no Brasil é a lei nº 5.764/71 que ainda dispõe sobre a subordinação e fiscalização das mesmas ao Banco Central do Brasil.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA A SOCIEDADE

As cooperativas são entidades intrinsecamente ligadas a sociedade, Cardoso (2014, p. 25) declara que o cooperativismo possibilita que um indivíduo isolado, que apresenta menores condições de enfrentar o mercado, possa se unir com outros indivíduos e com isso aumente sua competitividade afim de posicionar-se no mercado com igualdade, melhorar sua renda e qualidade de vida.

O caráter comum do cooperativismo é um elemento que torna as cooperativas relevantes em meio a sociedade, pois conforme destaca Silva (2011), entre as finalidades das cooperativas está, visar pelo bem-estar social dos indivíduos que a compõe, bem como a promoção do desenvolvimento das pessoas tornando-as mais conscientes, além de melhorar a qualidade de vida das comunidades que faz parte e ser um instrumento de inclusão social.

2.3 TIPOLOGIA DA COOPERATIVA

No Brasil o modelo Cooperativo este presente em vários ramos de atuação viabilizando inúmeros tipos de atividades, conforme registra Reisdorfer (2014, p. 50), existem atualmente 13 ramos de cooperativas atuantes no Brasil, agropecuário,

consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, mineração, produção, infraestrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer e transporte.

2.3.1 COOPERATIVA AGROPECUÁRIA

Para Cardoso (2014, p. 15), as cooperativas agropecuárias são as que reúnem produtores agropecuários e de pescas, a fim de trabalharem de forma solidaria na realização de várias etapas da cadeia produtiva que atual como: compra coletiva de sementes e insumos desde a produção até a colheita.

Desta forma poderão angariar vantagens que isoladamente não conseguiriam, como preço competitivo e menor custo na produção e transporte. São exemplos de atividades de exercidas pelas cooperativas agrícolas, a produção, estocagem, industrialização, até mesmo no processo de venda da produção de forma coletiva.

2.3.2 COOPERATIVAS DE CONSUMO

As Cooperativas de consumo são cooperativas criadas por um grupo de pessoas a fim de obterem melhor preço em compras e vendas de produtos.

Fettback (2009, p. 53) nos diz que as cooperativas de consumo se caracteriza pela compra de artigos de consumo comum entre seus cooperantes, com intuito de diminuir custos nesta operação, proporcionando para seus cooperados maior conveniência, diversidade de fornecedores e produtos, além de melhores preços.

No Brasil é um dos ramos mais antigos de cooperativismo, cujo primeiro registro é de 1889, em Minas Gerais, cidade de Ouro Preto.

2.3.3 COOPERATIVAS DE TRABALHO

As cooperativas de trabalho no Brasil são regidas pela Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e entre suas atribuições dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP.

Conforme dispõe a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, seu artigo segundo nos apresenta considerações sobre a composição das cooperativas de trabalho.

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Independente do seu ramo de atuação, as cooperativas são sociedades econômicas. Ferreira (1999, p. 95) define cooperativa como sendo:

Sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, e que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica. FERREIRA (1999, p. 95),

As cooperativas de trabalho são uma alternativa para a organização de trabalhadores de inúmeras atividades, pois através dela poderão unir interesses e trabalharem em prol de um objetivo comum, agregando renda, qualidade de trabalho e melhora na condição socioeconômica dos integrantes da cooperativa.

2.3.4 COOPERATIVAS EDUCACIONAIS

Conforme dispõe Reisdorfer (2014, p. 52) estas cooperativas são formadas basicamente por professores, alunos e pais, com o objetivo de prestar serviços educacionais, utilizando a cooperativa como uma alternativa para promover a educação escolar.

Seu surgimento se deu no início da década de 1990 e regida pela Lei Federal nº 5.764/71, tornando uma alternativa para a educação convencional. Além de educação infantil as cooperativas educacionais podem oferecer cursos técnicos e profissionalizantes de acordo com a necessidade e interesse de seus cooperados.

2.3.5 COOPERATIVAS ESPECIAIS (COOPERATIVAS SOCIAIS)

No Brasil a lei que dispõe sobre a criação e funcionamento das cooperativas sociais é a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Que em seu artigo 1º e nos incisos I e II nos diz:

Art. 1º As Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e incluem entre suas atividades: I – A organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; e II – O desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

As cooperativas especiais são cooperativas criadas para atender um público específicos que necessite de cuidados especiais. Jochem (2009, p. 35) registra que as cooperativas especiais buscam atender a: menores, dependentes químicos, silvícolas, deficientes mentais e outros, desta forma não são plenamente autogestionadas com apoio nos aspectos econômicos, sociais e afetivos.

Uma característica peculiar para este tipo de cooperativa é que necessitam de um tutor ou curador para o seu funcionamento.

2.3.6 COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

Cooperativas habitacionais são destinadas a construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seus cooperados.

Menezes (2005, p.105), relata que este tipo de cooperativas surgiu com apoio do extinto BNH – Banco Nacional de Habitação e atualmente é coordenada pela CEF - Caixa Econômica Federal e que em geral, estas cooperativas fazem uso de autofinanciamento ou linhas de crédito oficiais para construção de residenciais e desta forma oferecer a seus cooperados imóveis com preços a baixo dos praticados habitualmente no mercado, os custos são divididos entre os cooperados deste a compra do terreno até a entrega do imóvel para uso.

2.3.7 COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA

As cooperativas de infraestrutura são cooperativas criadas para atender a um serviço do qual necessita seu quadro social, e segundo Reisdorfer (2014, p. 55) essas cooperativas podem atuar nos seguintes seguimentos: eletrificação rural, mecanização agrícola, limpeza pública, telefonia rural, outros serviços comunitários. Ressalta-se que estas cooperativas em geral atuam na zona rural.

2.3.8 COOPERATIVAS DE MINERAÇÃO

Para, Rodrigues (2008, p. 10) são denominadas cooperativas de mineração aquelas que tem como finalidade, pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais, incluindo o artesanato mineral, a fim de atender os interesses sociais de um grupo de cooperado.

De acordo com o art. 21, XXV Constituição Federal, é competência da União estabelecer as áreas e condições destinadas ao exercício da atividade garimpeira, na forma Cooperativa. O art. 174 em seus incisos 3º e 4º é assegurado prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas garimpáveis a entidades cooperativas:

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros. § 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

As cooperativas de mineração são uma alternativa para a atividade de garimpagem, pois através dela os garimpeiros terão apoio da lei para exercer suas atividades a fim de melhorar sua situação socioeconômica protegendo o meio ambiente.

2.3.9 COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

As cooperativas de produção formam o ramo mais expressivo do cooperativismo.

De acordo com Cardoso (2014, p. 21) isso se dá pois há um amplo leque de bens e mercadorias em que as cooperativas de produção podem atuar, podendo ser um ou mais produtos, a característica principal neste tipo de cooperativa é que os cooperados trabalham na produção.

2.3.10 COOPERATIVAS DE SAÚDE

Conforme relata Teixeira (2009, p. 9), são cooperativas constituídas por profissionais liberais voltados a promover a saúde com finalidade de proporcionar a seus integrantes melhores condições de exercer seu trabalho liberal. Muitas cooperativas se aтем a associar apenas uma especialidade médica ou profissionais que trabalhem em um mesmo estabelecimento, angariando melhores remunerações e condições de trabalho, entretanto, outras atuam como operadoras de planos de saúde como por exemplo as UNIMEDS.

Este tipo de cooperativa é genuinamente brasileiro, e para Reisdorfer (2014, p. 56), está conquistando espaço pelo mundo atuado principalmente como cooperativas médicas, odontológicas, psicológicas e de usuários, tendo como seu objetivo principal promover a saúde humana.

2.3.11 COOPERATIVAS DE TRANSPORTES

São cooperativas que atuam no ramo de transportes de produtos e passageiros. Cardoso (2014, p. 22) evidencia que entre as várias modalidades estão transporte de passageiros individuais ou coletivos, Transporte de cargas e transporte escolar.

2.3.12 COOPERATIVAS DE TURISMO E LAZER

A respeito das cooperativas de turismo e lazer, Barroco (2008, p. 35, p.36) dispõe que são cooperativas de profissionais prestadores de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria, ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nessas áreas.

Apesar de boa perspectiva de crescimento no Brasil os números de cooperativas de turismo e lazer não são expressivos se comparados a outros países.

2.3.13 COOPERATIVA DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito é o tipo de cooperativa mais antiga registrada pela história e para Reisdorfer (2014, p. 52) foi o seguimento que mais sofreu desgaste e decadência por interferência do poder político durante os anos de 1960 e 1970, porém nos anos 1980 obteve relevante ascensão na economia, se tornando mais atuante no mercado financeiro. Como definição para a atividade das cooperativas de crédito Cardozo (2014, p. 16) apresenta o seguinte entendimento:

São sociedades de pessoas destinadas a proporcionar assistência financeira a seus cooperantes. Funcionam mediante autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil, porque são equiparadas às demais instituições financeiras. Para consecução de seus objetivos, podem praticar as operações passivas típicas de sua modalidade, como obter recursos no mercado financeiro, nas instituições de crédito, particulares ou oficiais, por meio de repasses e refinanciamentos. Podem captar recursos via depósito à vista e a prazo de seus cooperantes; fazer cobrança de títulos, recebimentos e pagamentos, mediante convênios correspondentes no país, depósitos em custódia e outras captações típicas da modalidade. (CARDOZO 2014 p.16).

Pinheiro (2008, p. 7) nos instrui sobre as Cooperativas de crédito como:

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor. (PINHEIRO 2006 p.7)

Os modelos de cooperativas de crédito no Brasil são separados entre cooperativas de crédito mutuo (urbanas) e cooperativas de crédito rurais, conforme expõe Cardoso (2014, p.17) só poderiam participar de tais cooperativas grupos sociais específicos de cada cooperativa, para se associar as cooperativas de crédito rural a pessoa tinha que ser produtor rural e, para ser sócio das cooperativas de crédito mutuo a pessoa tinha que pertencer a um grupo profissional específico, como advogados, médicos ou engenheiros por exemplo.

Com a publicação da Resolução nº3.106/03 do Banco Central que cria as chamadas cooperativas mistas, passou a ser possível que pessoas de diversos grupos da sociedade possam se associar a uma mesma cooperativa de crédito.

Cabe lembrar que esta resolução foi posteriormente revogada e em seu lugar foi sancionada a Resolução nº 3.321/05 que dispõe sobre constituição, autorização de funcionamento e alteração de estatuto bem como o cancelamento da autorização de funcionamento das mesmas.

De acordo A lei societária - Lei nº 6.404, de 1976 revogada pela Lei nº 11.638, de 2007 e pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941, de 2009, todas as empresas, independentes do seu porte, são obrigadas a elaborar os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, DRE e demais relatórios). A contabilidade tem sua importância para as empresas a partir do montante em que registra todos os atos e fatos da administração.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O COOPERATIVISMO

A contabilidade é de fato extremamente importante para o desenvolvimento econômico da sociedade. Hendriksen e Breda (1999, p.42) nos dizem que desde os primeiros registros do exercício da contabilidade, ela vem acompanhando os processos evolutivos de nossa civilização devido a necessidade de registro e controle dos patrimônios existentes. A contabilidade se aplica a qualquer ramo de atividade, e para as sociedades cooperativas isso não é diferente, porém com o advento da sanção da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que em seu artigo 4º reza as cooperativas são sociedades de pessoas e não de capital, coube à contabilidade dar um tratamento especial para esse tipo de instituição, pois não visam ao lucro e sim o bem-estar e resultados melhores para seus associados.

Sendo então uma sociedade de pessoas e não de capital a contabilidade nas cooperativas é diferenciada e entre estas diferenças está a contabilização do valor de cada quota-parte, como será o rateio das sobras do período e também as perdas.

A contabilidade além de organização e controle de patrimônio constitui um importante instrumento de apoio à tomada de decisão nas cooperativas, permitindo o conhecimento da situação financeira e econômica das cooperativas.

2.4.1 TIPOLOGIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS TOMADAS DE DECISÃO

Entre os diversos instrumentos utilizados pela administração Braga (2012, p.6) nos diz que “a contabilidade apresenta importante papel, devido sua habilidade de captar, registrar, medir, resumir e interpretar fenômenos que afetem a situação patrimonial, econômica e financeira de qualquer empresa”. Braga (2012) ainda ressalta que a administração faz uso das informações produzidas pela contabilidade para nortear os planejamentos de curto e longo prazo e também para o controle das atividades previstas.

Para fornecer as informações que a administração precisa para a tomada de decisão Martins (2014, p. 12) registra que:

[...] as demonstrações contábeis proporcionam informações das entidades acerca de dos seguintes elementos: a) ativos; b) passivos; c) patrimônio líquido; d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; e) alteração no capital próprio mediante integralização dos proprietários e distribuição a eles; f) fluxo de caixa. MARTINS (2014, p. 12).

As demonstrações contábeis são fundamentais para a organização financeira das empresas, proporcionando conhecimento e a partir desses dados a gestão pode conhecer e interpretar os fenômenos que atingem a empresa, no âmbito econômico-financeiro e patrimonial.

2.4.2 ANÁLISE FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para Matarazzo (1998, p. 15) a Análise Financeira é um instrumento que possibilita a interpretação da saúde financeira da empresa, seu grau de liquidez e capacidade de solvência.

Já Silva (2007, p. 26) afirma que a análise financeira consiste num exame minucioso das informações financeiras disponíveis, bem como qualquer condição que possa afetar as finanças da empresa. Entre os dados financeiros disponíveis, podemos incluir demonstrações contábeis, programas de investimento, projeções de vendas e projeção de fluxo de caixa.

Existem muitos métodos de se analisar as demonstrações, conforme Braga (2012), as análises sempre serão orientadas em função dos objetivos de análise, podendo ser minuciosa ou não dependendo da finalidade para que será utilizada.

Entre os métodos principais para a análise das demonstrações contábeis estão, análise horizontal, vertical e índices quocientes, como de liquidez, endividamento e rentabilidade, que proporciona informações valiosas referentes a saúde financeira da empresa analisada.

2.4.2.1 ANÁLISE VERTICAL

A análise vertical é um método de análise de comparação, pois através dela se estabelece um item da demonstração financeira como base para comparação, e a partir daí é possível verificar quanto cada um dos demais itens da demonstração representa em porcentagem quando comparados ao item escolhido com base de comparação. Matarazzo (2003, p. 245) explica que esta é a análise da estrutura das demonstrações de resultado e do balanço patrimonial que busca evidências as participações dos elementos patrimoniais e de resultados dentro do total.

De acordo com Reis (2009, p. 210) um dos principais instrumentos para analisar as estruturas patrimoniais é a análise vertical, pois com ela é possível determinar em percentuais, quanto cada conta ou grupo de contas do Balanço Patrimonial representa em relação ao total do Ativo, Passivo ou total do grupo ou subgrupo de contas.

Para a obtenção do percentual relativo de cada item do balanço patrimonial pode ser utilizado as seguintes formulas.

Quando comparadas ao total do Ativo ou Passivo.

$$\frac{\text{Conta (ou grupo de conta)}}{\text{Total do Ativo (ou Passivo)}} \times 100$$

Quando comparados ao total do grupo ou do subgrupo.

$$\frac{\text{Conta}}{\text{Total do Grupo}} \times 100$$

A análise vertical pode ser realizada na Demonstração do Resultado do Exercício, comparando cada item da demonstração com o total da receita líquida. Para o cálculo utiliza-se a seguinte formula.

$$\frac{\text{Conta}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$$

Para Kuhn (2012) a análise vertical mostra a importância de cada conta em relação a demonstração financeira a que pertence é de suma importância para efetuar comparativos entre padrões de outras contas do mesmo grupo ou índices de anos anteriores e verificar se há itens fora das proporcionalidades habituais. .

2.4.2.2 ANÁLISE HORIZONTAL

A análise horizontal tem como finalidade avaliar o aumento ou diminuição dos valores que expressam os elementos do balanço patrimonial ou do resultado em relação a determinadas sequencias histórica. Marion (2008) enfatiza que esta é uma técnica de análise que compara cada item do demonstrativo com respectivos itens de anos anteriores.

Para obtenção desta análise pode-se utilizar do seguinte cálculo:

$\frac{\text{Valor atual do item}}{\text{Valor do item no ano-base}} \times 100$
--

Reis (2009) ressalta que a análise horizontal complementa a análise vertical, que nos informa a variação de um determinado valor para mais ou para menos em relação a um determinado total, porém não informa se esta variação foi determinada do aumento ou diminuição do valor absoluto do valor considerado. Desta forma, a análise horizontal é utilizada para saber se houve variação de aumento ou diminuição deste valor em relação a anos anteriores comparando as mesmas contas de cada ano.

2.4.2.3 ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS

Para Assaf Neto (2007) A análise dos indicadores financeiros visa basicamente estudar a performance econômico-financeira de uma empresa em um determinado período decorrido, para identificar sua posição atual e utilizar tais informações como forma de previsão para tendências futuras.

Para o acompanhamento da saúde financeira das organizações e sua evolução ou possível deficiência os índices de liquidez são uma excelente fonte de informação para análise.

2.4.2.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Conforme registra Matarazzo (1998) a liquidez é a capacidade que a empresa tem em pagar os compromissos assumidos de curto, médio e longo prazo. Para calcular estes índices são utilizadas informações unicamente do balanço patrimonial, que evidencia a posição patrimonial da entidade.

Os índices de liquidez empregados nesse trabalho serão índice de liquidez corrente, seca, geral, imediata,

2.4.2.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de liquidez corrente de acordo com Reis (2009, p. 328) “ Permite verificar a capacidade de pagamento a curto prazo, ou seja, quando a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período”.

Para efetuar o cálculo deste índice utiliza-se a seguinte formula:

Liquidez Corrente =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
----------------------------	---

Através deste cálculo pode-se verificar quanto a empresa possui no seu ativo circulante para cada R\$ 1,00 existente no seu passivo circulante. Quando maior o índice melhor para a empresa.

2.4.2.6 ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

O índice de liquidez seca é a mais rigorosa para a avaliação de liquidez, pois indica o quanto a empresa poderá dispor de recursos circulantes, ou seja, excluindo os estoques, para cumprir com suas obrigações a curto prazo.

De acordo com o exposto Kuhn (2012) diz:

Indica quanto a empresa possui em disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras de curto prazo e duplicatas a receber, para fazer frente ante ao seu passivo circulante. (KUHN 2012, p 64).

Para obtenção deste índice utiliza-se do seguinte cálculo:

Liquidez seca =	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$
------------------------	--

Através deste cálculo pode-se verificar quanto a empresa possui no seu ativo circulante, excluindo o estoque, para cada R\$ 1,00 existente no seu passivo circulante. Quando maior o índice melhor para a empresa.

Marion (2008, p. 89) ressalta que este índice nem sempre é sinônimo de situação financeira apertada, pois os estoques fazem parte da atividade da empresa. Por exemplo um supermercado que possui índices elevados de estoque e não possui duplicatas a receber pois vende somente vista, apresentará índices baixos de liquidez seca, porém não significa que está em má situação financeira, desta forma, ressalta-se a necessidade de este índice ser analisado em conjunto com os demais índices de liquidez.

2.4.2.7 ÍNDICE DE LIQUIDES GERAL

Para Bruni (2011, p. 125) este índice tem como propósito analisar a saúde financeira da empresa no longo prazo e para tanto compara todas as possibilidades de realizações de ativos da empresa, ou seja, todos os ativos de fato realizáveis, sendo estes de curto ou longo prazo, com os passivos onerosos.

A liquidez geral é um recurso utilizado para medir a segurança financeira da empresa a longo prazo, demonstrando sua capacidade de honrar com todas as suas obrigações.

Para efetuar o cálculo deste índice utiliza-se da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}}$$

Através deste cálculo pode-se verificar quanto a empresa possui no seu ativo circulante, excluindo o estoque, para cada R\$ 1,00 existente no seu passivo circulante. Quando maior o índice melhor para a empresa.

2.4.2.8 ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Este índice mostra quanto a empresa possui de disponibilidade para quitar suas obrigações de curto prazo.

Liquidez imediata=	Disponível
	Passivo Circulante

Conforme registra Assaf Neto (2007) este índice revela a quantidade de dívidas que poderão ser liquidadas imediatamente, este valor é normalmente baixo pelo pouco interesse que as empresas têm em manter recursos monetários em caixa.

O índice de liquidez imediata considera para seu cálculo somente Caixa, Saldo Bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitação das obrigações excluindo estoque e valores a receber, desta forma índices relativamente baixos representam fragilidade financeira da empresa. Nesses termos Marion (2008) acrescenta:

A empresa deverá manter certos limites de segurança, não desejando o analista obter índices altos, pois o caixa e banco perdem o poder aquisitivo com a inflação. Nem reduções sucessivas nesse índice significam situações constrangedoras, podem significar uma política mais rígida de disponível, e até mesmo, uma redução no limite de segurança. Sucessivas reduções na Liquidez Imediata, com constantes e crescentes atrasos no pagamento a fornecedor (detectados mediante as informações comerciais obtidas na praça), já são um indicador relevante de dificuldade financeira. (MARION 2008, p 91).

Através deste cálculo pode-se verificar quanto a empresa possui no seu ativo circulante, excluindo o estoque, para cada R\$ 1,00 existente no seu passivo circulante. Quando maior o índice melhor para a empresa.

2.4.2.9 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Estes índices revelam o nível de endividamento das empresas. A análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos que está sendo aplicada. Isto é, se a empresa vem financiando o seu ativo com recursos próprios ou de terceiros, e em que proporção.

Segundo Marion (2008, p. 101), os indicadores de endividamento demonstram se a empresa está utilizando mais recursos próprios ou recursos de terceiros, para o autor é crescente a utilização de recursos de terceiros por parte das

empresas pela facilitação do acesso ao crédito, além disso, em épocas inflacionárias esse endividamento por meio de capital de terceiros se acentua, sendo composta principalmente por capitais pouco onerosos, exigíveis dos quais não incidem juros ou incidem juros muito baixos.

2.4.2.10 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

Este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, demonstrando a dependência da empresa em relação aos recursos externos.

Este índice revela o quanto a empresa auferiu de capital de terceiros em relação a cada R\$ 100 de capital próprio que foi investido. Para o ponto de vista financeiro, quanto maior for o índice de capital de terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, menor será a liberdade de decisão financeira da empresa, ou seja, maior a dependência financeira aos credores. Entretanto, pelo ponto de vista de obtenção de lucro, pode-se considerar vantajoso para a empresa utilizar de capital de terceiros, desde quando a remuneração paga a estes credores seja inferior ao lucro obtido com sua aplicação na empresa. Esta análise deve ser ligada a capacidade de solvência, sendo que a utilização de capital de terceiros não há limite (Matarazzo, 2010).

Para efetuar o cálculo do índice de Participação de Capital de Terceiros utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para fins de análise de resultado de modo geral é correto afirmar que quando menor o índice de participação de capital de terceiros melhor a situação financeira da empresa.

2.4.2.1.1 COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

Este índice demonstra a composição do endividamento da empresa e o conhecimento deste índice é importante para saber qual a participação do capital de terceiros na composição do endividamento. Martins (2014, p. 140) registra que conhecer os prazos de vencimento das dívidas é muito importante para analisar a capacidade de solvência da empresa, para tanto o índice de composição do endividamento revela quanto da dívida total com terceiros é exigível a curto prazo.

Para efetuar o cálculo do índice de Composição do Endividamento utiliza-se a seguinte fórmula:

Composição do Endividamento =	Passivo circulante
	Capital de terceiros

Com relação ao índice de composição do endividamento, Silva (2007, p. 111) afirma que “através desta análise é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação a dívida total”.

2.4.2.1.2 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O índice de imobilização do Patrimônio Líquido revela quanto do Ativo Permanente da empresa é financiado pelo seu Patrimônio Líquido. De acordo com Bruni (2011, p. 156) o índice de imobilização do patrimônio líquido indica a porcentagem de capital próprio que está financiando as aplicações de natureza Permanente e, complementarmente, a porcentagem que está sendo aplicada no capital de giro próprio

Para efetuar o cálculo do índice de Composição do Endividamento utiliza-se a seguinte fórmula:

Imobilização do PL =	Ativos Não Circulantes - Ativos Realizáveis a Longo Prazo
	Patrimônio Líquido

Para interpretação dos dados obtidos pelo cálculo Martins (2014) conclui que.

Quanto mais recursos próprios a empresa investir em ativos de baixa liquidez (imobilizados, investimentos e intangíveis), menos sobrarão para investir em Ativos Circulantes, conseqüentemente, terá que financiar as aplicações de curto prazo com recursos de terceiros. Martins (2014, p. 141).

Em sua interpretação Matarazzo (2003, p. 152) afirma que quanto maior o índice de imobilização do Patrimônio Líquido, maior será a necessidade de capital de terceiros. Matarazzo (2003) ainda ressalta que, o ideal é que a empresa tenha Patrimônio Líquido suficiente para o ativo permanente necessário e ainda sobre recursos financeiros para financiar o ativo circulante, portanto quanto menor for o índice de imobilização do Patrimônio Líquido melhor a situação financeira da empresa.

2.4.2.1.3 IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES

Semelhante ao índice de imobilização do patrimônio líquido, o índice de imobilização dos recursos não correntes indica qual a proporção de capitais próprios e de longo prazo estão foram investidos no ativo imobilizado.

Para efetuar o cálculo do índice Imobilização dos Recursos não Correntes utiliza-se a seguinte formula:

$\text{Imobilização dos Recursos não Correntes} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{ELP}}$

Com relação índice Imobilização dos Recursos não Correntes Silva (2007) conclui:

Através da análise deste índice é possível identificar quanto dos Recursos não Correntes da empresa (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo) está aplicado no Ativo Permanente. Este índice permite uma melhor identificação de quanto a empresa possui de Capital Circulante Próprio". SILVA (2007, p. 112)

2.4.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

A análise da rentabilidade é considerada como uma das mais importantes da análise das demonstrações financeiras, pois através deles pode se medir a

dimensão econômica da empresa. De acordo com Matarazzo (2003, p. 175) utilizando das informações oferecidas por esses índices é possível analisar quanto renderam os investimentos e qual o grau de desempenho econômico da empresa.

Conforme Ludícibus (2009) apud Martins (2014, p.189) os resultados obtidos com os índices de rentabilidade são relacionados com algum valor que demonstre a dimensão relativa do mesmo, ou seja, valor de venda, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional, tornando mais claro o desempenho da entidade. Martins (2014) ressalta que para a análise destes índices deve-se levar em consideração a atividade desempenhada pela entidade, comparando sempre os índices obtidos com os índices apresentados por entidades do mesmo ramo no mercado.

2.4.3.1 GIRO DO ATIVO

O Giro do Ativo é um índice utilizado para comparar as vendas da empresa com seus investimentos, Martins (2014, p. 196) expõe que “ esse índice indica quanto a empresa vendeu para cada real investido. Quanto mais a empresa conseguir girar o seu ativo, melhor serão os resultados.

Para a obtenção deste índice utiliza-se a seguinte formula:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Investimentos}}$$

2.4.3.2 MARGEM LÍQUIDA

Este índice é utilizado para comparar o lucro operacional líquido com as receitas operacional líquida.

Referente a este quociente, Matarazzo (2010, p. 336) afirma que “representa a eficiência de despesas em relação as vendas, pois quanto menores as despesas, maior será a margem de lucro”.

Para efetuar o cálculo do índice de Margem Líquida utiliza-se a seguinte formula:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

2.4.3.3 RENTABILIDADE DO ATIVO

Indica o quanto a empresa obtém de lucro comparado com o total de seu Ativo. Matarazzo, (2008, p. 179) afirma que: “este índice mostra quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa”.

Para a obtenção desse indicador utiliza-se a seguinte fórmula.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

2.4.3.4 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO

É através da análise deste indicador que administração pode verificar o resultado alcançado pela empresa na gestão de recursos próprios ou de terceiros.

De acordo com Silva (2007, p. 115):

Este indicador apresenta o retorno que os acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, ficando patente o prêmio do investidor ou proprietário pelo risco de seu empreendimento quando o indicador (taxa) obtido é superior à taxa média de juros do mercado. (SILVA, 2007, p. 115)

Para a obtenção deste índice utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

A taxa obtida pode ser comparada com outros investimentos disponíveis no mercado, e conforme Matarazzo (2010, p. 116), com essa análise pode se avaliar se a empresa oferece retorno financeiro inferior ou superior a essas opções. Desta forma quanto maior o resultado obtido melhor.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado utilizando como alvo a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Unidade de Atendimento 05 localizada no município de Juína – MT, que faz parte da macrorregião Centro-Oeste, mais precisamente localizado na região Noroeste do estado de Mato Grosso.

Para a realização de uma pesquisa, são seguidas uma estrutura de métodos e técnicas para atender os objetivos propostos. A metodologia é caracterizada por critérios quanto aos fins e quanto aos meios, e desta forma a pesquisa será analisada através dos caminhos para conseguir alcançar os resultados. Para alcançar os objetivos indicados neste trabalho, foram abordadas as pesquisas bibliográfica e descritiva, bem como a abordagem de um estudo de caso. Este trabalho de conclusão de curso obedeceu a metodologia de pesquisa científica apresentadas nas seções seguintes:

3.1 QUANTO AOS FINS

3.1.1 DESCRITIVA

Para Marconi e Lakatos (2005), a pesquisa descritiva aborda quatro aspectos importantes que são: a descrição, registro, análise e interpretação de fatos atuais, sendo capaz de observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

Segundo Gil (2008), “a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever as características de determinadas populações ou fenômenos”. Sendo uma de suas características a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

Desta forma, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois serão registrados, descritos e analisados dados financeiros da cooperativa tema deste trabalho.

3.2 QUANTO AOS MEIOS

3.2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de pesquisas já publicadas em revistas, livros, artigos, relatórios, jornais, dissertação, entre outros. Com a finalidade de permitir ao pesquisador utilizar-se de uma série de recursos, até então já disponíveis sobre um determinado tema e assunto estudado (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Gil (2008) expõe que a principal vantagem na pesquisa bibliográfica está no fato do investigador ter acesso a informações de maneira mais ampla do que aquela que poderia obter ao pesquisador diretamente. Sendo tal pesquisa indispensável nos estudos históricos, pois em algumas situações não há maneiras de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Para a produção deste trabalho foi realizada pesquisa Bibliográfica em livros, artigos, teses, entre outras produções publicadas, como base para o a investigação e desenvolvimento do assunto tratado por este trabalho.

3.2.2 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso realizado neste trabalho buscou investigar o campo a ser pesquisado permitindo uma análise dos dados obtidos sobre a situação patrimonial, econômica, financeira e contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Unidade de Atendimento 05 de Juína-MT, considerando os anos de 2014 e 2015.

Yin (2010, p.39) diz que “a finalidade do estudo de caso é compreender, em profundidade, um determinado evento, situação, processo, projeto etc.” Gil (2008), também referência que este tipo de estudo consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Bem como Monteiro (2010) expressa que: “a essência de um estudo de caso, tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”. Esta pesquisa se enquadra nesta perspectiva.

Para este trabalho será elaborado estudo de caso a fim de analisar as demonstrações financeiras da empresa Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena – UA 05. A fim de descobrir qual a real situação financeira que a mesma apresenta.

3.3. QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

3.3.1 PESQUISA QUALITATIVA

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa está ligada aos significados, motivos, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser mensurados somente por variáveis. As características da pesquisa qualitativa são a objetividade do fenômeno, hierarquização das ações de descrever e compreender, busca de resultados fidedignos entre outros.

3.3.2 PESQUISA QUANTITATIVA

Segundo Michel (2005), a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentuais, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros. Desta forma, verifica-se que este trabalho possui características quantitativas, considerando que os dados coletados serão transformados em dados relativos (% e /10.000), os quais são técnicas estatísticas.

Esta pesquisa objetiva selecionar, analisar, qualificar e apresentar coeficientes utilizando as informa contábeis da cooperativa tema deste trabalho, desta forma esta pesquisa se caracteriza como quantitativa.

3.4 SELEÇÃO DA EMPRESA

A cooperativa alvo desta pesquisa possui grande representação econômica e social na cidade de Juína, gerando empregos, renda e sendo fomentadora atuante no crédito rural.

Levando em consideração a responsabilidade atribuída pela representatividade que possui, esta cooperativa foi escolhida como tema deste trabalho para descobrir a real situação financeira que possui, utilizando análises financeiras através das demonstrações contábeis.

Outro fator que contribuiu para a escolha da cooperativa foi que a autora trabalha na instituição, possuindo conhecimento nos processos utilizados para análise do desenvolvimento econômico produzidos pela cooperativa.

3.5 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados ocorreu através das análises dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações do Resultado do Exercício do ano de 2014 e 2015, fornecidos pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena – Juína 05.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 HISTÓRIA DO SICREDI EM JUÍNA

Em meio a uma época de poucos recursos estruturais e financeiros que o senhor Dionísio Damiani, na época presidente da COOPERJUINA, cooperativa de produção, idealizou uma cooperativa de crédito para auxiliar no desenvolvimento econômico de da cidade de Juína. No início não obteve muito apoio, porém 11 de março de 1993, inaugurou-se a Cooperativa de Credito Rural Vale do Juruena – CREDIVALE.

No início de suas atividades a cooperativa passou por grandes dificuldades, as compensações de cheques e outros papéis eram realizados pelo Banco do Brasil por meio de convenio.

Apesar das dificuldades operacionais apresentadas na época, a cooperativa conseguiu obter representatividade na sociedade Juinense. O presidente da Cooperativa Juares Antonio Cividini, teve papel fundamental neste processo, pois conquistou confiança da sociedade local, principalmente entre os produtores rurais que se tratavam da maioria dos associados.

Após algum tempo de atuação da cooperativa, o número de associados aumentou e a Cooperativa começou a se expandir na região.

Com a criação Sistema Cooperativo Sicredi e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 16 de outubro de 1995 a então CREDIVALE passou a ser SICREDI, atuando com banco próprio a cooperativa ganhou mais agilidade no atendimento e pode disponibilizar um portfólio maior de produtos e serviços, dispensando o convenio com o Banco do Brasil.

E visível a sociedade que a cooperativa teve grande ascensão em seus mais de 20 anos de atuação. Atualmente a cooperativa possui sua Superintendência Regional com sede em Juína – MT, Unidades de Atendimento nas cidades de Alta Floresta Do Oeste - RO, Apiacas - MT, Aripuanã - MT, Brasnorte - MT, Cacoal- RO, Castanheira - MT, Colniza - MT, Colorado Do Oeste - RO, Cotriguaçu - MT, Juara - MT, Juína - MT, Juruena - MT, Nova Bandeirantes - MT, Nova Monte Verde - MT, Novo Horizonte Do Norte - MT, Ouro Preto Do Oeste-RO, Porto Dos Gaúchos - MT,

Rolim De Moura - RO, São Miguel Do Guaporé - RO, Tabaporã - MT, Vilhena - Nova Vilhena - RO, Vilhena – RO.

Entre as Unidades de Atendimento da Cooperativa, a Unidade de Atendimento - 05 possui a maior representatividade, pois conforme dados da Cooperativa, a Unidade de Atendimento 05 possui o maior número de associados em relação as demais, sendo 14,81% do número de associados total da cooperativa e os ativos representam 24,4% dos ativos totais da cooperativa.

Embora a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Juína 05, aparentemente apresente resultados positivos, pois, é visível o crescimento na quantidade de seus clientes, de suas operações financeiras, estrutura operacional, quadro de funcionários, dividendos distribuídos, não havia ainda sido realizado um estudo detalhado sobre a real situação Patrimonial, Financeira econômica e, assim, elaboramos a proposta para a realização deste estudo, proposta está aceita pela direção do Sicredi Juína, UA 05.

O estudo proposto acima, foi realizado com vistas aos Balanços Patrimoniais e Demonstrações Financeiras, referentes aos anos de 2014 e 2015, abaixo relacionados.

4.1.2 BALANÇO PATRIMONIAL

Quadro 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05, ANOS DE 2014 E 2015

BALANÇO PATRIMONIAL		
	2014	2015
Ativo	100.858.320,44	108.358.177,93
Ativo Circulante	90.917.643,64	96.971.234,59
Disponível	17.258.572,58	32.233.542,35
Relações Interfinanceiras	186.485,04	211.208,95
Cheques Menores	2.319,44	651.713,83
Cheque E Outros Papéis Remetidos	0,00	0,00
Operação De Crédito	71.330.242,84	60.906.378,08
Outros Bens E Créditos	2.140.023,74	2.968.391,38
Permanente	9.940.676,80	11.386.943,34
Investimentos	2.703.840,99	4.050.370,13
Imobilizado De Uso	6.713.194,08	6.325.409,16
Diferido e Intangível	523.641,72	1.011.164,04
Passivo	100.858.320,45	108.358.177,94
Passivo Circulante	73.753.559,28	73.803.956,85
Depósitos	47.184.050,22	49.096.854,38
Arrecadações / Convênios	458.771,50	361.116,99
Relações Interfinanceiras.	132.624,32	373.549,46
Empréstimo	20.080.556,26	18.082.856,15
Repasses	2.537.888,45	896.040,44
Outras Obrigações	3.359.668,53	4.993.539,42
Patrimônio Líquido	27.104.761,17	34.554.221,09
Capital Social	12.757.225,13	15.525.477,47
Reservas Diversas	6.882.093,98	12.985.578,33
Sobras Ou Perdas Acumuladas	4.048.602,08	4.390.581,35
Sobras/Perdas No Período	3.416.839,98	1.652.583,94

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

4.1.3 DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Quadro 2 - DRE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05 ANOS DE 2014 E 2015

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	2014	2015
Receitas Operacionais	20.381.257,35	24.370.141,34
Receitas Financeiras	1.516.184,35	3.238.315,47
Receitas De Crédito	15.448.411,46	17.553.973,70
Receita De Prestação De Serviços	3.406.184,27	3.562.995,61
Outras Receitas Operacionais	10.477,29	14.856,57
Despesas Operacionais	4.729.882,71	5.620.924,66
Despesas De Captação	4.121.387,56	4.923.638,94
Despesas De Depósito A Prazo	2.278.099,35	3.211.790,20
Despesas De Empréstimos	292.373,39	107.666,16
Despesas De Repasses	1.550.914,82	1.604.182,58
Despesas Diretas	608.495,14	697.285,72
Despesas Operacionais De Conta Corrente	236.041,98	216.780,52
Despesas Operacionais De Crédito	99.147,22	119.736,66
Outras Despesas Operacionais	2.602,13	3.095,22
Despesas Com Tributos e Contribuições	270.703,80	357.673,33
Sobra Bruta	15.651.374,64	18.749.216,68
Despesas Administrativas	6.110.124,82	7.125.802,22
Despesas Pessoal	3.127.507,60	3.884.771,00
Despesas Fixas	1.029.076,42	1.116.882,20
Outras Despesas Variáveis	24.052,89	-108.484,72
Promoção E Propaganda	325.165,00	358.022,76
Despesas Rateadas	1.125.875,51	1.413.608,50
Contribuição Adm. Cartoes Sicredi	147.919,38	185.254,08
Contribuição Sicredi Serviços	785.943,01	1.054.644,54
Contribuições URDC/SUREG/CNAC/FUNDAÇÃO	11.604,44	75.160,97
Contribuição Celula de Expansão.	82.972,94	98.548,90
Depreciação E Amortização	478.447,41	461.002,47
Despesa PCLD e Recup Prejuízo	1.463.940,30	4.473.558,63
Sobra Operacional	8.077.309,52	7.149.855,85
Sobra Não Operacional	-677.957,22	-1.300.225,01
Resultado De Participações	66.089,75	193.534,46
Sobra Líquida	7.465.442,05	6.043.165,27

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Objetivando atender a problemática exposta e os objetivos apresentados neste trabalho, a partir dos dados descritos no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa realizou-se uma análise através dos índices econômicos e financeiros, os quais tem o resultado apresentado a seguir:

4.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 3 - ANÁLISE HORIZONTAL BALANÇO PATRIMONIAL

	2014	AH%	2015	AH%
Ativo	100.858.320,45	100%	108.358.177,94	7,44
Ativo Circulante	90.917.643,64	100%	96.971.234,59	6,66
Disponível	17.258.572,58	100%	32.233.542,35	86,77
Relações Interfinanceiras	186.485,04	100%	211.208,95	13,26
Cheques Menores	2.319,44	100%	651.713,83	27997,90
Cheque E Outros Papéis Remetidos	0,00	100%	0,00	0,00
Operação De Crédito	71.330.242,84	100%	60.906.378,08	-14,61
Outros Bens E Créditos	2.140.023,74	100%	2.968.391,38	38,71
Permanente	9.940.676,80	100%	11.386.943,34	14,55
Investimentos	2.703.840,99	100%	4.050.370,13	49,80
Imobilizado De Uso	6.713.194,08	100%	6.325.409,16	-5,78
Diferido e Intangível	523.641,72	100%	1.011.164,04	93,10
Passivo	100.858.320,45	100%	108.358.177,94	7,44
Passivo Circulante	73.753.559,28	100%	73.803.956,85	0,07
Depósitos	47.184.050,22	100%	49.096.854,38	4,05
Arrecadações / Convênios	458.771,50	100%	361.116,99	-21,29
Relações Interfinanceiras.	132.624,32	100%	373.549,46	181,66
Empréstimo	20.080.556,26	100%	18.082.856,15	-9,95
Repasse	2.537.888,45	100%	896.040,44	-64,69
Outras Obrigações	3.359.668,53	100%	4.993.539,42	48,63
Patrimônio Líquido	27.104.761,17	100%	34.554.221,09	27,48
Capital Social	12.757.225,13	100%	15.525.477,47	21,70
Reservas Diversas	6.882.093,98	100%	12.985.578,33	88,69
Sobras Ou Perdas Acumuladas	4.048.602,08	100%	4.390.581,35	8,45
Sobras/Perdas No Período	3.416.839,98	100%	1.652.583,94	-51,63

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

Através da análise horizontal é possível observar a evolução de cada conta do Balanço Patrimonial em um determinado período. Através desta análise observamos que houve alterações financeiras no ano de 2015 em relação ao ano de 2014.

Com relação aos Ativos, a cooperativa registrou um aumento de 7,44% nos ativos totais, porém houve uma queda acentuada nas operações de crédito, de 14,61%, essa queda nas operações de crédito resultou em um aumento dos valores disponível na cooperativa de 86,77% o que pode ser considerado desfavorável pois como o produto da cooperativa é o empréstimo de recursos, ter um grande valor em ativos disponíveis é uma situação pouco rentável. Entretanto esse aumento significativo no disponível se refere a cheques menores em custódia que tiveram aumento significativo de 27.997,90% em relação ao ano de 2014.

Com relação aos Passivos, pode-se observar que houve queda nas arrecadações e convênios e nos empréstimos, que se referem a depósitos a vista, a prazo e créditos em geral, também nos créditos de convênios com empresas seguradoras, de consórcio e agentes credenciados.

Já em contrapartida, as relações interfinanceiras tiveram um acréscimo de 181,66 que se refere aos serviços de compensação feitos em outras instituições financeiras.

O patrimônio líquido da cooperativa apresentou melhora em relação ao ano de 2014, essa melhora se deu pelo aumento nas reservas financeiras da cooperativa e crescimento do capital social que pode ser por meio de integralização de capital por associados da cooperativa ou por novos associados, além do acréscimo anual dos juros sobre o capital investido e a integralização parcial das sobras do período.

4.2.2 ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 4 - ANÁLISE VERTICAL BALANÇO PATRIMONIAL

	2014	AV%	2015	AV%
Ativo	100.858.320,45	100%	108.358.177,94	100%
Ativo Circulante	90.917.643,64	90,14%	96.971.234,59	89,49%
Disponível	17.258.572,58	17,11%	32.233.542,35	29,75%
Relações Interfinanceiras	186.485,04	0,18%	211.208,95	0,19%
Cheques Menores	2.319,44	0,00%	651.713,83	0,60%
Cheque E Outros Papéis				
Remetidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Operação De Crédito	71.330.242,84	70,72%	60.906.378,08	56,21%
Outros Bens E Créditos	2.140.023,74	2,12%	2.968.391,38	2,74%
Permanente	9.940.676,80	9,86%	11.386.943,34	10,51%
Investimentos	2.703.840,99	2,68%	4.050.370,13	3,74%
Imobilizado De Uso	6.713.194,08	6,66%	6.325.409,16	5,84%
Diferido e Intangível	523.641,72	0,52%	1.011.164,04	0,93%
Passivo	100.858.320,45	100%	108.358.177,94	100%
Passivo Circulante	73.753.559,28	73,13%	73.803.956,85	68,11%
Depósitos	47.184.050,22	46,78%	49.096.854,38	45,31%
Arrecadações /				
Convênios	458.771,50	0,45%	361.116,99	0,33%
Relações				
Interfinanceiras.	132.624,32	0,13%	373.549,46	0,34%
Empréstimo	20.080.556,26	19,91%	18.082.856,15	16,69%
Repasses	2.537.888,45	2,52%	896.040,44	0,83%
Outras Obrigações	3.359.668,53	3,33%	4.993.539,42	4,61%
Patrimônio Líquido	27.104.761,17	26,87%	34.554.221,09	31,89%
Capital Social	12.757.225,13	12,65%	15.525.477,47	14,33%
Reservas Diversas	6.882.093,98	6,82%	12.985.578,33	11,98%
Sobras Ou Perdas				
Acumuladas	4.048.602,08	4,01%	4.390.581,35	4,05%
Sobras/Perdas No				
Período	3.416.839,98	3,39%	1.652.583,94	1,53%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

A partir na análise vertical é possível identificar quanto cada conta do balanço evoluiu.

No ano de 2014 as disponibilidades representavam 17,11% do ativo total, porem no ano de 2015 as disponibilidades aumentaram para 29,75% em relação ao ativo total, devido ao decréscimo nas operações de crédito, que em 2014 representavam 70,72% do ativo e em 2015 reduziram para 56,21% do ativo total.

O passivo também apresentou mudanças, em 2014 o passivo circulante representava 73,13% do passivo total já em 2015 essa porcentagem de participação reduziu para 68,11%, isso ocorreu pois houve diminuição na arrecadação com

depósitos à vista e a prazo, repasse e convênios, que em 2015 apresentaram percentuais menores de participação em relação ao passivo total.

4.2.3 ANÁLISE HORIZONTAL DA DRE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 5 - ANÁLISE HORIZONTAL DA DRE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
	2014	AH%	2015	AH%
Receitas Operacionais	20.381.257,35	100%	24.370.141,34	19,57
Receitas Financeiras	1.516.184,35	100%	3.238.315,47	113,58
Receitas De Crédito	15.448.411,46	100%	17.553.973,70	13,63
Receita De Prestação De Serviços	3.406.184,27	100%	3.562.995,61	4,60
Outras Receitas Operacionais	10.477,29	100%	14.856,57	41,80
Despesas Operacionais	4.729.882,71	100%	5.620.924,66	18,84
Despesas De Captação	4.121.387,56	100%	4.923.638,94	19,47
Despesas De Depósito A Prazo	2.278.099,35	100%	3.211.790,20	40,99
Despesas De Empréstimos	292.373,39	100%	107.666,16	-63,18
Despesas De Repasses	1.550.914,82	100%	1.604.182,58	3,43
Despesas Diretas	608.495,14	100%	697.285,72	14,59
Despesas Operacionais De Conta Corrente	236.041,98	100%	216.780,52	-8,16
Despesas Operacionais De Crédito	99.147,22	100%	119.736,66	20,77
Outras Despesas Operacionais	2.602,13	100%	3.095,22	18,95
Despesas Com Tributos e Contribuições	270.703,80	100%	357.673,33	32,13
Sobra Bruta	15.651.374,64	100%	18.749.216,68	19,79
Despesas Administrativas	6.110.124,82	100%	7.125.802,22	16,62
Despesas Pessoal	3.127.507,60	100%	3.884.771,00	24,21
Despesas Fixas	1.029.076,42	100%	1.116.882,20	8,53
Outras Despesas Variáveis	24.052,89	100%	-108.484,72	-551,03
Promoção E Propaganda	325.165,00	100%	358.022,76	10,10
Despesas Rateadas	1.125.875,51	100%	1.413.608,50	25,56
Contribuição Adm. Cartões Sicredi	147.919,38	100%	185.254,08	25,24
Contribuição Sicredi Serviços	785.943,01	100%	1.054.644,54	34,19
Contribuições URDC/SUREG/CNAC/FUNDAÇÃO	11.604,44	100%	75.160,97	547,69
Contribuição Célula de Expansão.	82.972,94	100%	98.548,90	18,77
Depreciação E Amortização	478.447,41	100%	461.002,47	-3,65
Despesa PCLD e Recup. Prejuízo	1.463.940,30	100%	4.473.558,63	205,58
Sobra Operacional	8.077.309,52	100%	7.149.855,85	-11,48
Sobra Não Operacional	-677.957,22	100%	-1.300.225,01	91,79
Resultado De Participações	66.089,75	100%	193.534,46	192,84
Sobra Líquida	7.465.442,05	100%	6.043.165,27	-19,05

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

O termo utilizado pela cooperativa para tratar seus resultados diferencia das outras instituições, pois o resultado é considerado sobra ou perda no período e não lucro ou prejuízo como é para as instituições não cooperativas.

Utilizando a análise horizontal podemos observar as alterações nos resultados do ano de 2015 em comparação com os resultados do ano de 2014.

Em relação aos resultados da cooperativa, a sobra bruta apresentou evolução de 19,79%, porém houve aumento substancial em todas as despesas da cooperativa. As despesas que apresentaram maior expressividade foram as despesas rateadas, principalmente com Contribuições URDC/SUREG/CNAC/FUNDAÇÃO que apresentou aumento expressivo de 547,69%, este aumento pode ter sido ocasionado pela centralização de várias atividades da cooperativa como, abertura de contas e análises de crédito.

Em relação as receitas, a cooperativa obteve receita operacional 19,57% maior no ano de 2015, porém com o aumento substancial nas despesas o resultado das sobras líquidas encolheu 19,05%.

4.2.4 ANÁLISE VERTICAL DA DRE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 6 - ANÁLISE VERTICAL DA DRE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
	2014	AV%	2015	AV%
Receitas Operacionais	20.381.257,35	273%	24.370.141,34	403%
Receitas Financeiras	1.516.184,35	20%	3.238.315,47	54%
Receitas De Crédito	15.448.411,46	207%	17.553.973,70	290%
Receita De Prestação De Serviços	3.406.184,27	46%	3.562.995,61	59%
Outras Receitas Operacionais	10.477,29	0%	14.856,57	0%
Despesas Operacionais	4.729.882,71	63,36%	5.620.924,66	93,01%
Despesas De Captação	4.121.387,56	55%	4.923.638,94	81%
Despesas De Depósito A Prazo	2.278.099,35	31%	3.211.790,20	53%
Despesas De Empréstimos	292.373,39	4%	107.666,16	2%
Despesas De Repasses	1.550.914,82	21%	1.604.182,58	27%
Despesas Diretas	608.495,14	8%	697.285,72	12%
Despesas Operacionais De Conta Corrente	236.041,98	3%	216.780,52	4%
Despesas Operacionais De Crédito	99.147,22	1%	119.736,66	2%
Outras Despesas Operacionais	2.602,13	0%	3.095,22	0%
Despesas Com Tributos e Contribuições	270.703,80	4%	357.673,33	6%
Sobra Bruta	15.651.374,64	209,651%	18.749.216,68	310,255%
Despesas Administrativas	6.110.124,82	82%	7.125.802,22	118%
Despesas Pessoal	3.127.507,60	42%	3.884.771,00	64%
Despesas Fixas	1.029.076,42	14%	1.116.882,20	18%
Outras Despesas Variáveis	24.052,89	0%	-108.484,72	-2%
Promoção E Propaganda	325.165,00	4%	358.022,76	6%
Despesas Rateadas	1.125.875,51	15,08%	1.413.608,50	23,39%
Contribuição Adm. Cartões Sicredi	147.919,38	2%	185.254,08	3%
Contribuição Sicredi Serviços	785.943,01	11%	1.054.644,54	17%
Contribuições URDC/SUREG/CNAC/FUNDAÇÃO	11.604,44	0%	75.160,97	1%
Contribuição Célula de Expansão.	82.972,94	1%	98.548,90	2%
Depreciação E Amortização	478.447,41	6,41%	461.002,47	7,63%
Despesa PCLD e Recup Prejuízo	1.463.940,30	20%	4.473.558,63	74%
Sobra Operacional	8.077.309,52	108%	7.149.855,85	118%
Sobra Não Operacional	-677.957,22	-9%	-1.300.225,01	-22%
Resultado De Participações	66.089,75	1%	193.534,46	3%
Sobra Líquida	7.465.442,05	100%	6.043.165,27	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

Observando a análise vertical da DRE é possível destacar o aumento nos valores de despesas com provisão e prejuízos representando no ano de 2015 74% da Sobra Líquida.

No ano de 2014 as sobras operacionais representavam 108% da sobra líquida, porém no ano de 2015 esse percentual passou a ser 118%, entretanto,

houve redução nos valores de sobras não operacionais e resultado de participações, que proporcionou impactando diretamente no valor da sobra líquida que no ao de 2015 foi menor.

4.2.5 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 7 - INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

	2014	2015
$LC = \frac{AC}{PC}$	$\frac{90.917.643,64}{73.753.559,28} = 1,23$	$\frac{96.971.234,59}{73.803.956,85} = 1,31$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

LC – Lucro Líquido

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

Quadro 8 - INDICE DE LIQUIDEZ SECA

	2014	2015
$LS = \frac{AC - EST}{PC}$	$\frac{90.917.643,64}{73.753.559,28} = 1,23$	$\frac{96.971.234,59}{73.803.956,85} = 1,31$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

LS – Liquidez Seca

AC – Ativo Circulante

EST – Estoque

Quadro 9 - INDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

	2014	2015
$LI = \frac{DISP}{PC}$	$\frac{17.258.572,58}{73.753.559,28} = 0,23$	$\frac{32.233.542,35}{73.803.956,85} = 0,44$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

LI – Liquidez Imediata

DISP – Disponível

PC – Passivo Circulante

Quadro 10 - INDICE DE LIQUIDEZ GERAL

	2014	2015
$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	$\frac{90.917.643,64}{73.753.559,28} = 1,23$	$\frac{96.971.234,59}{73.803.956,85} = 1,31$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

LG – Liquidez Geral

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante

RLP – Realizável aa Longo Prazo

ELP – Exigível a Longo Prazo

Conforme mencionado no capítulo 02 as análises de liquidez são ferramentas para medir quão solvente é a instituição analisada, quanto maiores estes cocientes, maior será a capacidade de solvência que a instituição.

Com relação as análises de liquidez da Unidade de Atendimento 05, é possível observar que tanto no ano de 2014 e no ano de 2015 a cooperativa apresenta boa liquidez sendo que no ano de 2015 esses cocientes tiveram melhor resultado. É importante observar que a cooperativa é de crédito e devido a sua atividade não possui estoques.

4.2.6 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 11 - INDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS

	2014	2015
$CT = \frac{PC + ELP}{PL} \times 100$	$\frac{73.753.559,28}{27.104.761,17} \times 100 = 272,11\%$	$\frac{73.803.956,85}{34.554.221,09} \times 100 = 213,59\%$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

CT – Capital de Terceiros

PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível a Longo Prazo

PL – Patrimônio Líquido

Quadro 12 - INDICES DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

	2014	2015
ICE = $\frac{PC}{CT} \times 100$	$\frac{73.753.559,28}{73.753.559,28} \times 100 = \mathbf{100\%}$	$\frac{73.803.956,85}{73.803.956,85} \times 100 = \mathbf{100\%}$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

ICM – Índice de Composição do Endividamento

PC – Passivo Circulante

CT – Capital de Terceiros

Quadro 13 - INDICES DE IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2014	2015
IPL = $\frac{AP}{PL} \times 100$	$\frac{9.940.676,80}{27.104.761,17} \times 100 = \mathbf{36,68\%}$	$\frac{11.386.943,34}{34.554.221,09} \times 100 = \mathbf{32,95\%}$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

IPL – Imobilização do Patrimônio Líquido

AP – Ativo Permanente

PL – Patrimônio Líquido

Quadro 14 - INDICES DE IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES

	2014	2015
IRNC = $\frac{AP}{PL + ELP} \times 100$	$\frac{9.940.676,80}{27.104.761,17} \times 100 = \mathbf{36,68\%}$	$\frac{11.386.943,34}{34.554.221,09} \times 100 = \mathbf{32,95\%}$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

IRNC – Imobilização dos Recursos não Correntes

AP – Ativo Permanente

PL – Patrimônio Líquido

ELP – Exigível a Longo Prazo

Os cocientes de endividamento da cooperativa apresentam altos valores, pois a cooperativa desempenha a atividade financeira, e sendo cooperativa de crédito trabalha com capital de terceiros, através de depósitos a vista, a prazo e aplicações financeiras.

Referente ao percentual de participação de capital de terceiros, o passivo circulante representa 272,11% em comparação ao Patrimônio Líquido, em 2014, e 213,59% em 2015, que indica uma redução do capital de terceiros na cooperativa.

O fato da cooperativa trabalhar exclusivamente com capital e terceiros esta evidenciando no cálculo da composição do endividamento, pois o endividamento total da cooperativa representa 100% em ambos os anos analisados.

Já em relação a imobilização do Patrimônio Líquido a cooperativa apresenta níveis considerados razoáveis, pois a mesma apresenta boas instalações e infraestrutura de acordo com as exigidas pelo mercado.

4.2.7 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO 05

Quadro 15 - GIRO DO ATIVO

	2014	2015
GA= $\frac{ROL}{AT} \times 100$	$\frac{20.381.257,35}{100.858.320,44} \times 100 = \mathbf{20,21\%}$	$\frac{24.444.042,09}{108.358.177,93} \times 100 = \mathbf{22,56\%}$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

GA – Giro do Ativo

ROL – Receita Operacional Líquida

AT – Ativo Total

Quadro 16 - MARGEM LÍQUIDA

	2014	2015
ML= $\frac{LL}{VL} \times 100$	$\frac{7.465.442,06}{20.381.257,35} \times 100 = \mathbf{36,63\%}$	$\frac{6.043.165,27}{24.444.042,09} \times 100 = \mathbf{24,72\%}$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

ML – Margem Líquida

LL – Lucro Líquido

VL – Venda Líquida

Quadro 17 - RENTABILIDADE OU RETORNO DO ATIVO

	2014	2015
RA= $\frac{LL}{AT} \times 100$	$\frac{7.465.442,06}{100.858.320,44} \times 100 = 7,40\%$	$\frac{6.043.165,27}{108.358.177,93} \times 100 = 5,58\%$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

RA – Rentabilidade ou Retorno do Ativo

LL – Lucro Líquido

AT – Ativo Total

Quadro 18 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2014	2015
RPL= $\frac{LL}{PL} \times 100$	$\frac{7.465.442,06}{27.104.761,17} \times 100 = 27,54\%$	$\frac{6.043.165,27}{34.554.221,09} \times 100 = 17,49\%$

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Unidade de Atendimento 05

RPL – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

LL – Lucro Líquido

PL – Patrimônio Líquido

Os índices de rentabilidade demonstram o quanto a instituição é capaz de remunerar o capital investido pelos sócios.

A cooperativa, conforme análise acima, apresenta um bom indicador de giro de ativo, que representa de acordo com a teoria, o quanto as vendas estão sendo suficientes para girar os ativos, desta forma as operações financeiras que a cooperativa oferece estão atendendo as necessidades de giro do ativo com aumento no ano de 2015 de 2,35% em comparação ao ano de 2014.

A margem líquida da cooperativa, que é o cociente que analisa relação às vendas líquidas quanto que a cooperativa está obtendo de lucro, com base nesta análise é possível constatar que a cooperativa apresenta ótima rentabilidade, porém houve uma redução 11,91% em sua margem líquida, mesmo com essa queda a cooperativa ainda apresenta um ótimo nível de lucratividade com relação as vendas.

A rentabilidade do ativo conforme teoria apresentada é uma medida do potencial de geração de lucro, nesses termos a cooperativa obteve índice de rentabilidade de 7,40% em 2014 e 5,58% no ano de 2015.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido da cooperativa, que representa a remuneração do capital investido, apresentou queda no ano de 2015 em comparação ao ano de 2014, porém ainda apresenta resultados satisfatórios.

5 PARECER DA ANÁLISE FINANCEIRA - ECONÔMICA DA EMPRESA

Com base nas informações disponibilizadas pela cooperativa e de acordo com os cálculos apresentados foi possível efetuar um estudo da real situação econômica, financeira e patrimonial que a mesma possui.

De acordo com as análises de progressão das demonstrações financeiras, foi possível observar que a cooperativa apresenta crescimento financeiro, mesmo apresentando saldo menor de sobras s líquidas em 2015 que no ano de 2014, pois apresentou aumento considerável no valor do seu capital social, que pode ter ocorrido devido ao ingresso de novos associados, integralização de capital por partes das pessoas já associadas, e pelos juros ao capital investido.

Os indicadores de liquidez da cooperativa apresentam situação confortáveis, os índices de liquidez estão satisfatórios em relação aos seus passivos, podendo a cooperativa honrar suas dívidas com folga de recursos.

Os indicadores de rentabilidade apresentam boa situação econômica, porém eles evidenciam queda geral na rentabilidade no ano de 2015 em comparação ao ano de 2014, isso pode ter ocorrido devido ao diversos fatores, como o cenário financeiro pouco favorável que prejudicou as operações de crédito, a adoção de novos métodos de análise de risco das operações financeiras que ocasionou maior provisão de recursos para futuras inadimplências, o aumento substancial nas despesas com administrativas e com repasses que foi evidenciado na análise horizontal da DRE.

Pode-se concluir que mesmo com queda na rentabilidade a cooperativa apresenta ótimos índices de remuneração de capital investido, sendo esses percentuais de remuneração superiores aos investimentos disponíveis no mercado, como popança e fundos de investimento. Nesses termos a cooperativa apresenta situação financeira estável com bons rendimentos econômicos e remuneração satisfatória ao capital investido pelos seus associados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo ganha espaço no cenário nacional, em especial o cooperativismo de crédito, pois devido ao momento econômico, político e social que o país vive, de crise e pouca confiança no mercado financeiro, o modelo cooperativo de organização, que é gerido democraticamente pela sociedade integrante, possibilitada que o recurso investido por esta sociedade retorne para eles, melhorando a qualidade de vida, não somente um dono ou um conjunto de donos como é ocorrido nas sociedades não cooperativas, mas sim de todos os associados da cooperativa.

Para uma boa gestão dos recursos de uma cooperativa é fundamental que seus gestores tenham acesso a informação adequada para a tomada de decisão, uma ferramenta que possibilita munir o gestor para esse processo de tomada de decisão é a análise das demonstrações contábeis e financeiras. Com base nelas os gestores poderão identificar a situação financeira da cooperativa, a evolução financeira que ela apresenta de um ano para outro, sua liquidez, rentabilidade, a origem dos recursos e saber onde estão as falhas que necessitam ser melhoradas, e com isso elaborar planos que ação para que essas falhas possam ser sanadas.

De acordo com as análises efetuadas nas demonstrações contábeis da cooperativa alvo deste estudo é possível afirmar que os objetivos deste trabalho foram atingidos, pois foi possível verificar a real situação financeira da cooperativa.

Como foi mencionado a cooperativa apresenta visível crescimento, porém era necessário que por meio de estudo fosse analisado se este aparente crescimento era realmente palpável financeiramente, e com base nas análises efetuadas, podemos afirmar que a cooperativa vem sofrendo efeitos da crise financeira que atinge o Brasil nos últimos anos, pois no ano de 2015 foi possível observar queda nas operações financeiras, na arrecadação de recursos por meio de depósito a vista, a prazo e investimento em aplicações financeiras, além de ter aumentado substancialmente as despesas com provisão de recursos para assegurar futuras inadimplências.

Mesmo com essa diminuição nas operações financeiras, a cooperativa ainda apresenta índices consideráveis de rentabilidade e remuneração de capital.

Desta forma recomenda-se que os gestores trabalhem na prerrogativa de melhorar a captação de recursos financeiros e revejam as despesas que afetam a sobra líquida da cooperativa, afim de minimizar impacto da crise financeira, retomando a ótima rentabilidade caracteriza das instituições financeiras.

REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. Ed Atlas – 9ª Edição 2007.

BCB. **RESOLUÇÃO Nº 3106, de 25 de junho de 2003**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v1_O.pdf> Acesso em: 30 out. 2016.

BCB. **RESOLUÇÃO Nº 3.321, de 30 de setembro de 2005**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48353/Res_3321_v2_L.pdf> Acesso em: 30 out. 2016.

BARROCO, Lize Maria Soares. **A cooperativa de lazer e turismo: alternativa para promover o desenvolvimento turístico de Itabuna**. Dissertação de Mestrado. Itabuna, BA, 2008.

BRAGA, Hugo Rocha, **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 30 out. 2016.

_____. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.** Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. **LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009.** Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 12 ago. 2016

_____. **Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.** Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 12 ago. 2016.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira.** São Paulo - SP: Ed. Atlas, 2011

CARDOSO, Univaldo Coelho. **Cooperativa.** Brasília-DF: Sebrae, 2014.

ETGETO, Anderson Augusto; et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil.** Maringá Management, Maringá, PR, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário Aurélio Eletrônico.** Séc. XXI. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FETTBACK, Eneida Tavares de Lima. **Cooperativas e tutela coletiva ambiental.** Curitiba: Juruá, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN e BREDA, Eldon S. & BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços.** São Paulo: Atlas, 2009

JOCHEM, Laudelino et al. **Cooperativismo uma abordagem histórico-filosófica.** Curitiba: Juruá, 2009.

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino a distância.** f. 270, (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção), Florianópolis/SC, UFSC. 2005

KLAES, Luiz Salgado; et al. **Introdução ao cooperativismo**: livro didático 172 p. Palhoça - SC, Unisul Virtual, 2007.

KUHN, Ivo Ney; LAMPERT, Amauri Luis. **Análise financeira**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 86 p. – (Coleção educação a distância. Série livro texto).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade Empresarial. 3. Ed. São Paulo. Atlas 2008.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. Atlas, São Paulo, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de balanços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

_____, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem gerencial. São Paulo: Editora Altas, 2010.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito**: o que é e quais seus benefícios. Brasília: Stilo, 2005.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Eder Ferraz. **Metodologia de pesquisa na engenharia de produção e sistemas**. Curitiba: Revista das Faculdades Santa Cruz, 2010.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** – Brasília - DF BCB, 2008. 92 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**, 2. Ed, Novo Hamburgo-RS, Feevale, 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: Estrutura de Análise / Arnaldo Carlos de Rezende Reis.** 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2009.

REIS, Nilson Júnior. **Aspectos Societários das Cooperativas.** Belo Horizonte – MG, Mandamentos, 2006.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao Cooperativismo**, Santa Maria – RS, Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RODRIGUES, Antônio Fernando da Silva. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Cooperativismo Mineral no Brasil: o caminho das pedras, passo a passo**, Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral; Brasília - DF. DNPM/DIDEM 2008.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Wendel Alex Castro; ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares. Sociedades cooperativas e sua importância para o Brasil. **Revista Alcance.** Vol. 18, pg. 43-58, Belo Horizonte/MG. Eletrônica, 2011.

TEIXEIRA, Luciana. **Cooperativas médicas e planos de assistência à saúde à luz a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.** 24 p. Brasília – DF, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2010